



Relatório e
Contas

2018

APPACDM DE BRAGA



Relatório e Contas 2017

Conteúdo

Nota Introdutória	3
1. O desempenho da Instituição do ponto de vista económico – financeiro	5
2. Análise comparativa da estrutura de gastos e rendimentos	6
3. Análise da Execução Orçamental do Exercício de 2018	7
a. Resultado do Exercício/ Proposta de Aplicação	8
b. Alterações relevantes de Fundos Patrimoniais	8
c. Dívidas à AT e Segurança Social	8
d. Perspetivas futuras	8
4. Balanço	9
5. Demonstração dos Resultados por Natureza	10
6. Demonstração dos Fluxos de Caixa	11
7. Anexo	12
6. Relatório e Parecer do Conselho Fiscal e Certificação do Revisor Oficial de Contas	32

NOTA INTRODUTÓRIA

Caros associados,

No cumprimento dos estatutos, vem a Direcção apresentar os Relatórios de Atividades e as Demonstrações Financeiras relativas ao ano de 2018.

Este documento, aqui consolidado, visa esclarecer os associados e interessados em geral, quer sobre as atividades desenvolvidas, quer sobre o desempenho e posição económico-financeira da Instituição.

Foi já objeto de apreciação e aprovação por parte do Órgão de Direcção em 20/06/2017, e sobre ele foram já solicitados os pareceres quer do Conselho Fiscal, quer do Revisor Oficial de Contas, sob a forma de Certificação Legal de Contas.

Atendendo aos documentos e quadros apresentados, é possível verificar que foi feito um esforço para cumprir o orçamento estipulado, tendo sido explicados e justificados os desvios mais significativos.

Tratou-se de um ano de transições e ajustamentos que se refletiram em rubricas cujo peso mais significativo representaram encargos adicionais não contemplados no orçamento, nomeadamente o reflexo de duas atualizações salariais, uma das quais respeitante a 2017, cujo processamento só ocorreu em fevereiro de 2018.

Apesar de a exploração operacional, expurgada das depreciações, ser positiva, a verdade é que os compromissos de tesouraria quer para a gestão corrente, quer para amortização de passivos (fornecedores e credores de investimentos) adiaram, pelas circunstâncias que se conhecem, o plano de regularização dos subsídios em atraso.

No contexto atual, só garantindo novas fontes de financiamento, ou receita extraordinária, nomeadamente com a concretização da venda dos imóveis, já aprovada em Assembleia, será possível retomar o respectivo plano, garantindo do mesmo modo o cumprimento dos restantes compromissos.

Assim, a Direcção mantém a confiança no plano e estratégias traçados e apela mais uma vez à compreensão de todos os colaboradores, utentes, familiares e associados, no sentido de manter o foco da Instituição no essencial, garantindo a estabilidade e regular funcionamento das respostas sociais em conjunto com o cumprimento dos compromissos assumidos.

Continuam a ser desenvolvidos esforços e contactos permanentes com o CDSS-Braga com vista à criação de condições que permitam o alargamento de acordos, nomeadamente o alargamento do número de camas no Lar residencial de São Lázaro, cujo processo já se encontra em fase adiantada.

Adicionalmente continua a decorrer o prazo de apreciação da candidatura ao Norte2020, relativa à requalificação do complexo de Gualtar, para o qual, como é de conhecimento público, está já garantido o financiamento de 85.000,00€ por via do Orçamento Participativo da C.M. de Braga.

No âmbito da edição do Orçamento Participativo deste ano, está a ser preparada nova candidatura, que será oportunamente divulgada e para a qual, nos termos do ano anterior, pedimos o esforço e empenho de toda a Comunidade APPACDM, no sentido de mais uma vez tornar o nosso projecto, num projecto vencedor e garantir por essa via, uma fonte de financiamento que permitirá gradualmente, contribuir de forma muito significativa para a requalificação das instalações.

Do esforço conjunto, do empenho e de um compromisso de melhoria continua, estamos certos que o futuro da Associação será assegurado num quadro de paz social, de estabilidade económica e financeira e sobretudo no cumprimento da sua missão, direccionando a sua atuação para o bem-estar dos utentes, e simultaneamente, valorizando o sentimento de realização pessoal e a confiança dos seus colaboradores.

1. O desempenho da Instituição do ponto de vista económico – financeiro

As contas aqui apresentadas, resultam daquilo que foi um ano de transição e de ajustamentos resultantes de novas estratégias, sempre contempladas ao abrigo do orçamento aprovado.

Apesar do resultado líquido negativo, justificado pelos desvios nas rubricas de gastos com o pessoal e fornecimentos e serviços externos, a Direcção sempre fez um esforço de contenção e sensibilização dos colaboradores no sentido de alertar para a extrema necessidade de promover a poupança e hábitos

Tal como divulgado oportunamente, a Associação iniciou em março passado a liquidação da dívida ao IEFPP e, apesar das dificuldades, tem cumprido com os planos de pagamento e compromissos assumidos com fornecedores. Foi iniciado, e, em função dos condicionalismos descritos, entretanto suspenso, um plano de pagamento faseado dos subsídios em atraso, mantendo a Direcção a intenção de o retomar, não tendo, no entanto, perspectiva temporal, para a criação de condições que o permitam.

Estão, em paralelo com o esforço de contenção, a ser procuradas medidas de carácter extraordinário, que possibilitem rendimentos adicionais, melhorem a liquidez, e permitam a amortização de passivos, nomeadamente através da venda de activos, já aprovada em Assembleia anterior.

A Direcção atual continua atenta e consciente das dificuldades que enfrenta, mas mantém total confiança nos seus colaboradores, quer na procura de soluções de estabilidade que lhes permitam acreditar no futuro da instituição, quer na compreensão que sempre demonstraram para com a questão dos subsídios de que são credores.

Haverá sempre um esforço contínuo na procura e diversificação das fontes de financiamento, nomeadamente através da candidatura a programas de apoio, regulares ou esporádicos, que permitam assegurar o regular funcionamento das respostas sociais, e ao mesmo tempo financiar a requalificação de equipamentos.

2. Análise comparativa da estrutura de gastos e rendimentos

O quadro seguinte apresenta uma perspetiva histórica e financeira da Instituição e permite avaliar a evolução da estrutura de gastos e rendimentos dos últimos 6 exercícios.

Análise Comparativa da estrutura de gastos e rendimentos desde 2013

GASTOS E PERDAS	2018	2017	2016	2015	2014	2013
C.M.V.M.C.	196 284,80	213 111,06	249 841,03	260 137,05	239 900,18	217 801,66
Fornecimentos e Serviços Externos	342 004,98	338 710,88	394 842,26	363 658,65	372 227,47	347 524,03
Gastos com Pessoal	2 086 569,09	2 006 839,90	2 030 621,56	1 940 392,02	1 884 445,24	1 879 139,98
Depreciações do Exercício	106 000,17	110 929,80	102 376,21	140 532,32	159 520,33	181 693,69
Perdas por imparidade			1 520,48	68 787,88	0,00	0,00
Outros Gastos e Perdas	44 466,67	68 023,73	20 584,90	16 011,63	64 037,12	9 180,97
Juros e Gastos Suportados	3 738,65	4 711,87	7 561,62	14,94	2 131,95	1 678,55
TOTAL DE GASTOS E PERDAS	2 779 064,36	2 742 327,24	2 807 348,06	2 789 534,49	2 722 262,29	2 637 018,88
	1,34%	-2,32%	0,64%	2,47%	3,23%	-8,76%
RENDIMENTOS E GANHOS	2018	2017	2016	2015	2014	2013
Vendas	17 780,54	22 135,02	136 781,50	118 393,94	134 871,85	101 488,32
Prestações de serviços	526 555,74	512 891,66	466 875,28	456 494,25	445 079,38	439 391,16
Subsídios, doações e legados à exploração	1 889 450,13	1 902 691,37	1 902 979,69	1 887 467,00	1 868 109,85	1 823 334,37
Trabalhos para a Própria Instituição	91 821,68	91 971,36	92 853,16	16 323,37	15 104,80	16 267,96
Reversões			670,40			
Out. Rendimentos. e Ganhos	187 717,81	218 197,69	255 343,74	236 090,84	148 140,24	138 174,01
Juros e Rendimentos Obtidos	38,93	50,28	240,93	520,68	834,32	608,72
TOTAL RENDIMENTOS E GANHOS	2 713 364,83	2 747 937,38	2 855 744,70	2 715 290,08	2 612 140,44	2 519 264,54
	-1,26%	-3,78%	5,17%	3,95%	3,69%	-7,00%
Variação da Produção	1 170,17	428,64	1 800,99	8 135,13	0,00	0,00
Resultado antes de impostos	-64 529,36	6 038,78	50 197,63	-66 109,28		
Imposto s/ rendimento do período				-5 160,00		
Resultado Líquido do Exercício	-64 529,36	6 038,78	50 197,63	-71 269,28	-110 121,85	-117 754,34
Cash-Flow	41 470,81	116 968,58	152 573,84	69 263,04	49 398,48	63 939,35

Da análise do quadro acima, verifica-se que ocorreu uma diminuição dos consumos da cozinha, justificados pela redução do protocolo da Cantina Social.

Na rubrica Fornecimentos e Serviços Externos não ocorreram variações significativas apesar do ligeiro aumento face a 2017.

É possível verificar que os maiores ocorreram ao nível da rubrica de gastos com o pessoal, parcialmente justificada pelas 2 actualizações salariais que ocorreram durante o ano de 2018, uma das quais respeitante a 2017, incluindo retroactivos, às quais, adicionalmente, acrescem gastos com rescisão contratual de duas colaboradoras.

A rubrica outros gastos e perdas respeita maioritariamente a quebras em bens alimentares doados, apresenta um valor menos que no ano anterior, situação que tem correspondência no valor dos donativos em espécie que também diminuiu comparativamente a 2017.

As contas de vendas e prestações de serviços aumentaram relativamente a 2017, fruto da prestação de serviços dos CAO's bem como das atualizações das tabelas de comparticipação familiar.

Os subsídios do Estado não apresentam variação significativa, uma vez que resultam da continuidade dos acordos de cooperação nos termos dos exercícios anteriores.

3. Análise da Execução Orçamental do Exercício de 2018

Quadro 2 - Análise da Execução Orçamental do exercício de 2018

Rendimentos e Gastos	31/12/2018	Orçamento 2018
Vendas	17 780,54	25 830,23
Serviços prestados	526 555,74	454 551,00
Subsídios, doações e legados à exploração	1 889 450,13	1 868 338,67
ISS, IP - Centros Distritais	1 889 221,40	1 868 338,67
Outros	228,73	0,00
Variação nos inventários da produção	1 170,17	0,00
Trabalhos para a própria entidade	91 821,68	90 287,21
C.M.V.M.C	-196 284,80	-161 643,39
Fornecimentos e serviços externos	-342 004,98	-302 722,34
Gastos com pessoal	-2 086 569,09	-2 027 974,43
Imparidades de dívidas a receber (perdas/reversões)	0,00	0,00
Outros rendimentos e ganhos	187 717,81	161 731,39
Outros gastos e perdas	-44 466,67	-15 520,05
Resultado antes de depreciações, gastos de financ e impostos	45 170,53	92 878,29
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	-106 000,17	-104 000,00
Resultado Operacional (antes de gastos de financ e impostos)	-60 829,64	-11 121,71
Juros e rendimentos similares obtidos	38,93	0,00
Juros e gastos similares suportados	-3 738,65	0,00
Resultado líquido do período	-64 529,36	-11 121,71
Cash- flow	41 470,81	92 878,29

Da análise comparativa entre os valores constantes das demonstrações financeiras de 2018 e dos valores resultantes do orçamento aprovado para o mesmo exercício, podemos verificar que ocorrem alguns desvios nomeadamente nos gastos com o pessoal, justificados no ponto anterior.

Relativamente aos FSE apesar dos esforços e medidas de sensibilização, não foi possível assegurar o cumprimento dos valores estimados, apesar de tudo, o desvio é mais significativo, porque o valor orçamentado parece ter sido sub-valorizado e muito difícil de atingir, em função da antiguidade das instalações e do parque automóvel, que exigem despesas de manutenção acrescida.

O acréscimo da rubrica outros gastos e perdas é parcialmente justificado e absorvido pelo acréscimo de outros rendimentos e ganhos, por lá se encontrarem reconhecidos os donativos em espécie dos quais resultaram as quebras registadas.

a. O Resultado do Exercício/ Proposta de Aplicação

O Resultado Líquido do período totalizou o montante de **-64.529,36 €**, que a Direção propõe, sejam incorporados em Resultados Transitados.

b. Alterações relevantes de Fundos Patrimoniais

Em virtude da notificação recebida da Segurança Social solicitando à APPACDM a devolução de verbas indevidamente recebidas, foram negociadas as dívidas com este organismo e com o IEFP tendo-se registado em resultados transitados valores referentes a passivos ainda não registados nas demonstrações financeiras que ascendem a 74.750,64 euros.

c. Dívidas à AT e Segurança Social

Não existem dívidas à Autoridade Tributária nem à Segurança Social.

d. Perspetivas futuras

A Direcção em funções pretende manter e prolongar o actual espírito de concórdia e empenho de todos os colaboradores. Para isso, terá sempre presente como medida prioritária manter o equilíbrio de exploração. Para que tal desiderato seja possível, há necessidade de implementar medidas de redução da despesa corrente e aumentar a receita. Ora este aumento de receita tem um caminho traçado, que já vem de trás: alargamento do acordo do Lar de São Lázaro, concretizar a requalificação do CAO de Gualtar, o que traz consigo o aumento da capacidade do equipamento e do número de acordos; a par destas medidas, a Direcção mantém-se atenta a todas as possibilidades de financiamento que permitam realizar obras de requalificação, nomeadamente no complexo de Esposende.

Adicionalmente a Direcção espera concretizar as vendas aprovadas em Assembleia e com esses valores amortizar dívida a fornecedores e retomar o plano de pagamento de subsídios em atraso.

Aproveitamos para reforçar o nosso agradecimento a todos os que connosco se esforçam e nos apoiam no desenvolvimento da missão social da APPACDM de Braga».

Braga, 20 de junho de 2019.

A Direcção,

Presidente

Vice-Presidente

Tesoureiro

4. BALANÇO

Valores em euros

Rubricas	Notas	31-12-2018	31-12-2017	31-12-2017 Reexpresso
ACTIVO				
Activo não corrente		3.014.792,97	3.067.230,25	3.067.230,25
Activos fixos tangíveis	3 e 5	3.012.481,41	3.066.007,62	3.066.007,62
Investimentos financeiros		2.311,56	1.222,63	1.222,63
Activo corrente		230.332,41	249.934,80	249.934,80
Inventários	3 e 6	17.491,12	15.874,52	15.874,52
Clientes	3 e 11	86.339,06	87.481,36	87.481,36
Estado e outros entes públicos	3 e 12	483,92	205,03	205,03
Outros créditos a receber	3 e 11	96.070,34	5.935,21	5.935,21
Diferimentos	3 e 12	5.225,19	0,00	0,00
Caixa e depósitos bancários	3 e 4	24.722,78	140.438,68	140.438,68
Total do Activo		3.245.125,38	3.317.165,05	3.317.165,05
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO				
Fundos patrimoniais				
Fundo Social	3 e 11	1.965.548,83	1.965.548,83	1.965.548,83
Resultados transitados	3 e 11	-226.225,79	-157.513,93	-232.264,57
Outras variações nos fundos patrimoniais	2, 3 e 11	193.847,72	112.879,11	112.879,11
Resultado líquido do período	3	-64.529,36	6.038,78	6.038,78
Total dos fundos patrimoniais		1.868.641,40	1.926.952,79	1.852.202,15
Passivo				
Passivo não corrente		0,00	0,00	0,00
Passivo corrente		1.376.483,98	1.390.212,26	1.464.962,90
Fornecedores	3 e 11	217.332,27	282.001,13	282.001,13
Estado e outros entes públicos	3 e 12	90.076,73	83.620,72	83.620,72
Financiamentos obtidos	3 e 11	3.220,42	138,04	138,04
Diferimentos	3 e 12	0,00	601.613,56	601.613,56
Outras dívidas a pagar	3 e 11	1.065.854,56	422.838,81	497.589,45
Total do Passivo		1.376.483,98	1.390.212,26	1.464.962,90
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		3.245.125,38	3.317.165,05	3.317.165,05

Braga, 20 de junho de 2019.

A Direção,

A Contabilista Certificada,

Presidente

Vice-Presidente

Tesoureiro

5. Demonstração dos Resultados por Natureza

Valores em euros

Rendimentos e Gastos	Notas	2018	2017	2017 Reexpresso
Vendas e serviços prestados	3 e 7	544.336,28	535.026,68	535.026,68
Subsídios, doações e legados à exploração		1.889.450,13	1.902.691,37	1.902.691,37
<i>ISS, IP - Centros Distritais</i>	3 e 8	1.889.221,40	1.891.008,63	1.891.008,63
<i>Outros</i>	3 e 8	228,73	11.682,74	11.682,74
Variação nos inventários da produção	6	1.170,17	428,64	428,64
Trabalhos para a própria entidade	3 e 7	91.821,68	91.971,36	91.971,36
Custo das merc vendidas e das matérias consumidas	3 e 6	-196.284,80	-213.111,06	-213.111,06
Fornecimentos e serviços externos	3 e 12	-342.004,98	-338.710,88	-338.710,88
Gastos com pessoal	3 e 12	-2.086.569,09	-2.006.839,90	-2.006.839,90
Outros rendimentos e ganhos	3 e 12	187.717,81	218.197,69	218.197,69
Outros gastos e perdas	3 e 12	-44.466,67	-68.023,73	-68.023,73
Resultado antes de depreciações, gastos de financ e impostos		45.170,53	121.630,17	121.630,17
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	3 e 5	-106.000,17	-110.929,80	-110.929,80
Resultado Operacional (antes de gastos de financ e impostos)		-60.829,64	10.700,37	10.700,37
Juros e rendimentos similares obtidos	3	38,93	50,28	50,28
Juros e gastos similares suportados	3	-3.738,65	-4.711,87	-4.711,87
Resultado antes de impostos		-64.529,36	6.038,78	6.038,78
Imposto sobre rendimento do período				
Resultado liquido do período		-64.529,36	6.038,78	6.038,78

Braga, 20 de junho de 2019.

A Direção,

A Contabilista Certificada,

Presidente

Vice-Presidente

Tesoureiro

6. Demonstração dos Fluxos de Caixa

Rubricas	Notas	31/12/2018	31/12/2017
Fluxos de caixa das actividades operacionais – método directo			
Recebimentos de clientes e utentes	3, 7 e 11	557 662,09	669 553,12
Pagamentos a fornecedores	3, 6 e 11	-639 313,65	-662 181,20
Pagamentos ao pessoal	3, 12 e 12	-2 120 688,65	-2 022 897,16
Caixa gerada pelas operações		-2 202 340,21	-2 015 525,24
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento + iva		19 229,92	10 310,69
Outros recebimentos/pagamentos	3, 8, 11 e 12	2 006 230,33	2 065 900,34
Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)		-176 879,96	60 685,79
Fluxos de caixa das actividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Activos fixos tangíveis	3 e 5	-24 078,20	-44 627,73
Investimentos financeiros		-1 088,93	-620,44
Recebimentos provenientes de:			
Outros activos		88 821,68	24 400,00
Juros e rendimentos similares	3 e 7	1 385,92	50,28
Fluxos de caixa das actividades de investimento (2)		65 040,47	-20 797,89
Fluxos de caixa das actividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos	3 e 11	-138,04	31,93
Juros e gastos similares	3	-3 738,65	-4 711,87
Fluxos de caixa das actividades de financiamento (3)		-3 876,69	-4 679,94
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		-115 716,18	35 207,96
Efeito das diferenças de câmbio			
Caixa e seus equivalentes no início do período	3 e 4	140 438,96	105 231,00
Caixa e seus equivalentes no fim do período	3 e 4	24 722,78	140 438,96

Braga, 20 de junho de 2019.

A Direção,

A Contabilista Certificada,

Presidente

Vice-Presidente

Tesoureiro

7. Anexo

1. Identificação da entidade:

Designação: APPACDM de Braga

Sede Social: Rua de São Lázaro n.º 38 – 4700-327 Braga

Fundo Social: 1.965.548,83 Euros

N.º Contribuinte: 504 646 702

Objeto Social: ACT. APOIO SOCIAL PARA PESSOAS C/ DEFICIÊNCIA, COM E SEM ALOJAMENTO.

C.A.E: 88102 87302

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com o Sistema de Normalização contabilística para as Entidades do Setor Não Lucrativo (SNC – ESNL) requer que a Direção formule julgamentos, estimativas e pressupostos que afectam a aplicação das políticas contabilísticas e o valor dos ativos, passivos, proveitos e custos. As estimativas e pressupostos associados são baseados na experiência histórica e noutros factores considerados razoáveis de acordo com as circunstâncias e formam a base para os julgamentos sobre os valores dos ativos e passivos cuja valorização não é evidente através de outras fontes. Os resultados reais podem diferir das estimativas. As questões que requerem um maior índice de julgamento ou complexidade, ou para as quais os pressupostos e estimativas são considerados significativos, são apresentados na Nota 3 – Principais Políticas Contabilísticas (inclui as principais estimativas e julgamentos utilizados na elaboração das demonstrações financeiras)

2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras:

2.1 – Sistema de Normalização Contabilístico

As presentes demonstrações financeiras foram elaboradas no pressuposto de continuidade das operações, a partir de registos contabilísticos da instituição e de acordo com o Sistema da Normalização Contabilística para as Entidades do Sector Não Lucrativo (SNC-ESNL), aprovado e regulado pelos seguintes diplomas legais:

- Decreto-Lei n.º 158/2009
- Decreto-Lei nº 36-A/2011 de 9 de Março
- Aviso 6726-B/2011, de 10 de Março de 2011 (Normas contabilísticas e de Relato Financeiro para as entidades do Sector não Lucrativo);
- Portaria n.º 105/2011, de 14 de Março (Modelo das Demonstrações Financeiras);
- Decreto-Lei n.º 98/2015, de 2 de Junho
- Portaria n.º 220/2015, de 24 de Julho

2.2 – Indicação das justificações das derrogações NCRF-ESNL:

A instituição possui propriedades doadas registadas a valor de entradas zero, com acréscimo de benfeitorias. Foi assim derogada a nota 7.5 da NCRF-ESNL, que prescreve o reconhecimento ao justo valor. Encontram-se em curso as avaliações para o seu reconhecimento.

3. Principais políticas contabilísticas:

3.1 - Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras:

As presentes demonstrações financeiras foram preparadas no princípio da continuidade.

a) Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, com exceção de alguns prédios doados à Instituição conforme nota 2.2., de acordo com as disposições legais aplicáveis, deduzido de amortizações acumuladas e perdas por imparidade. O custo de aquisição inclui o preço de factura, despesas de transporte e montagem.

As amortizações são calculadas, a partir do método de linha reta, aplicada anualmente, a partir da entrada em funcionamento dos bens, utilizando as taxas económicas mais apropriadas, que permitam a reintegração total do bem durante a sua vida útil estimada, tomando como referência as taxas definidas no Decreto Regulamentar 25/2009. As taxas de amortização anuais médias utilizadas são as seguintes:

	Taxas
Edifícios e Outras Construções	2 %; 4%; 5%
Equipamento Básico	14,28%; 16,66%; 25%; 33%
Equipamento de Transporte	25 %
Equipamento administrativo	10%;12,5%;33,33%; 20,00%; 25%
Outros ativos fixos tangíveis	16,66%; 14,28%; 33,33%;

Os encargos com reparação e manutenção são registados como gastos do exercício, à medida que vão sendo incorridos. As grandes reparações relativas à substituição de peças de equipamentos são registadas em ativos fixos tangíveis e amortizadas às taxas correspondentes à vida residual dos respectivos ativos principais.

As mais ou menos valias resultantes da venda ou abate do ativo fixo tangível são determinadas como a diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico na data de alienação/abate, sendo registadas na demonstração dos resultados como “Outros rendimentos e ganhos” ou “Outros gastos e perdas”.

A APPACDM encontra-se atualmente a desenvolver esforços no sentido da total inventariação e registo dos bens do seu ativo fixo. Pese embora, a associação ainda não disponha de controlo dos bens individualizado e por

complexo que permita efetuar um confronto com os registos contabilísticos, já foram iniciados os esforços no sentido de tornar esta situação possível. Encontra-se também em curso o registo na Conservatória do Registo Predial e na A.T. da totalidade dos bens da IPSS.

b) Inventários

Os inventários (matérias-primas, subsidiárias e de consumo) encontram-se valorizados pelo custo histórico, utilizando-se como fórmula de custeio o FIFO.

O custo dos inventários inclui todos os custos de compra e outros incorridos para colocá-los no seu local e condições atuais.

c) Instrumentos Financeiros

i. *Dívidas de terceiros*

As dívidas de "Clientes" e as "Outras contas a receber" são registadas pelo seu valor nominal e apresentadas no balanço deduzidas de eventuais perdas por imparidade, reconhecidas na rubrica "Perdas por imparidade em contas a receber", por forma a refletir o seu valor realizável líquido. Estas rubricas quando correntes não incluem juros por não se considerar material o impacto do desconto.

ii. *Empréstimos*

Os empréstimos são registados no passivo ao custo, deduzido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão desses passivos, sendo expressos no balanço no passivo corrente ou não corrente, dependendo de o seu vencimento ocorrer a menos ou a mais de um ano, respectivamente. O seu desreconhecimento só ocorre quando cessarem as obrigações decorrentes dos contratos, designadamente quando tiver havido lugar a liquidação, cancelamento ou expiração.

Os custos de juros e outros custos incorridos com empréstimos são calculados de acordo com a taxa de juro efetiva e contabilizados na demonstração de resultados do período de acordo com o regime do acréscimo.

iii. *Dívidas a terceiros*

As dívidas a fornecedores ou a terceiros que não vencem juros são registadas ao custo. O seu desreconhecimento só ocorre quando cessarem as obrigações decorrentes dos contratos, designadamente quando tiver havido lugar a liquidação, cancelamento ou expiração.

iv. *Caixa e depósitos bancários*

Os montantes incluídos na rubrica "Caixa e depósitos bancários" correspondem aos valores de caixa, depósitos à ordem, depósitos a prazo e outros depósitos bancários que sejam mobilizáveis sem risco significativo de

alterações de valor. Se o seu vencimento for inferior a 12 meses, são reconhecidos no ativo corrente; caso contrário, e ainda quando existirem limitações à sua disponibilidade ou movimentação, são reconhecidos no ativo não corrente.

d) Regime do acréscimo

Os rendimentos e gastos são reconhecidos no exercício a que se referem à medida que são gerados, independentemente do momento em que são recebidos ou pagos, de acordo com o regime do acréscimo. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos gerados são registados nas rubricas de “Outras contas a receber e a pagar” ou “Diferimentos”.

e) Rédito

O rédito relativo a vendas e prestações de serviços e juros decorrentes da atividade ordinária da instituição, é reconhecido pelo seu justo valor, entendendo-se como tal o que é livremente fixado entre as partes contratantes numa base de independência, sendo que, relativamente às vendas e prestações de serviços, o justo valor reflete eventuais descontos/ abatimentos concedidos e não inclui quaisquer impostos liquidados nas facturas.

O rédito proveniente das vendas de bens só é reconhecido quando se encontrem satisfeitas todas as seguintes condições:

- A instituição tenha transferido para o comprador todos os riscos e vantagens significativos inerentes à propriedade dos bens;
- A instituição não mantenha envolvimento continuado de gestão com grau geralmente associado com a posse e controlo dos bens vendidos;
- A quantia do rédito possa ser fiavelmente mensurada;
- Seja provável que os contributos para o desenvolvimento das atividades, presentes e futuras, da instituição associados à transação, fluam para a instituição;
- Os custos incorridos ou a incorrer possam ser fiavelmente mensurados;

O rédito proveniente das prestações de serviços é reconhecido quando o desfecho de uma transação possa ser fiavelmente estimado, tendo por base a fase de acabamento da transação à data do balanço. O desfecho da transação pode ser fiavelmente estimado quando estão cumpridas as seguintes condições:

- A quantia do rédito possa ser fiavelmente mensurada;
- Seja provável que os contributos para o desenvolvimento das atividades, presentes e futuras, da instituição associados à transação, fluam para a instituição;
- A fase de acabamento da transação à data do balanço possa ser fiavelmente mensurada;
- Os custos incorridos ou a incorrer possam ser fiavelmente mensurados;

f) Subsídios

Os subsídios, incluindo subsídios não monetários, só devem ser reconhecidos após existir segurança de que:

- A entidade cumprirá as condições a eles associadas; e
- Os subsídios serão recebidos.

A maneira pela qual um subsídio é recebido não afecta o método contabilístico a ser adoptado com respeito ao subsídio. Por conseguinte, um subsídio é contabilizado da mesma maneira quer ele seja recebido em dinheiro quer como redução de um passivo.

Um empréstimo perdoável (incluindo os subsídios a fundo perdido) é tratado como um subsídio quando haja segurança razoável de que a entidade satisfará as condições de perdão do empréstimo.

Os **subsídios não reembolsáveis** relacionados com ativos fixos tangíveis e intangíveis devem ser inicialmente reconhecidos nos Fundos patrimoniais e subsequentemente imputados numa base sistemática como rendimentos durante os períodos necessários para balanceá-los com os custos relacionados que se pretende que eles compensem.

Consideram -se subsídios não reembolsáveis quando exista um acordo individualizado de concessão do subsídio a favor da entidade, se tenham cumprido as condições estabelecidas para a sua concessão e não existam dúvidas de que os subsídios serão recebidos.

Os **subsídios reembolsáveis** são contabilizados como Passivos.

Um subsídio pode tornar -se recebível por uma entidade como compensação por gastos ou perdas incorridos num período anterior. Um tal subsídio é reconhecido como rendimento do período em que se tornar recebível, com a divulgação necessária para assegurar que o seu efeito seja claramente compreendido.

Apresentação de subsídios relacionados com ativos:

Os subsídios não reembolsáveis relacionados com ativos fixos tangíveis e intangíveis, incluindo os subsídios não monetários, devem ser apresentados no balanço como componente do Fundo patrimoniais, e imputados como rendimentos do exercício na proporção das amortizações efectuadas em cada período.

Apresentação de subsídios relacionados com rendimentos:

Os subsídios que são concedidos para assegurar uma rentabilidade mínima ou compensar défices de exploração de um dado exercício imputam -se como rendimentos desse exercício, salvo se se destinarem a financiar défices de exploração de exercícios futuros, caso em que se imputam aos referidos exercícios. Estes subsídios devem ser apresentados separadamente como tal na demonstração dos resultados.

Reembolso de subsídios:

Um subsídio que se torne reembolsável deve ser contabilizado como uma revisão de uma estimativa contabilística. O reembolso de um subsídio relacionado com rendimentos ou relacionado com ativos deve ser aplicado

em primeiro lugar em contrapartida de qualquer crédito diferido não amortizado registado com respeito ao subsídio. Na medida em que o reembolso exceda tal crédito diferido, ou quando não exista crédito diferido, o reembolso deve ser reconhecido imediatamente como um gasto.

g) Imposto corrente

Os passivos (ativos) por impostos correntes dos períodos correntes e anteriores devem ser mensurados pela quantia que se espera que seja paga (recuperada de) às autoridades fiscais, usando as taxas fiscais (e leis fiscais) aprovadas à data do balanço.

A contabilização dos efeitos de impostos correntes de uma transação ou de outro acontecimento é consistente com a contabilização da transação ou do próprio acontecimento. Assim, relativamente, a transações e outros acontecimentos reconhecidos nos resultados, qualquer efeito fiscal relacionado também é reconhecido nos resultados.

No que diz respeito a transações e outros acontecimentos reconhecidos diretamente no Fundo patrimonial, qualquer efeito fiscal relacionado também é reconhecido diretamente no Fundo patrimonial, caso em que o imposto corrente deve ser debitado ou creditado diretamente nessa rubrica.

As declarações de rendimentos para efeitos fiscais são passíveis de revisão e correção pela Administração Fiscal durante um período de quatro anos, pelo que as declarações poderão vir a ser corrigidas, não sendo expectável, no entanto, que das eventuais correções venha a decorrer qualquer efeito significativo nas presentes declarações financeiras.

h) Benefícios dos empregados

Os benefícios de curto prazo dos empregados incluem salários, subsídios de alimentação, subsídio de férias e de Natal e quaisquer outras retribuições adicionais exigíveis por lei e/ou decididas pontualmente pela Direção. São ainda incluídas as contribuições para a Segurança Social de acordo com a incidência contributiva decorrente da legislação aplicável e as faltas autorizadas e remuneradas.

As obrigações decorrentes dos benefícios de curto prazo são reconhecidas como gastos do período em que os serviços são prestados, numa base não descontada, por contrapartida do reconhecimento de um passivo que se extingue com o pagamento respectivo.

De acordo com a legislação laboral aplicável, o direito a férias relativo ao período, por este coincidir com o ano civil, vence-se em 31 de Dezembro de cada ano, sendo somente pago durante o período seguinte, pelo que os gastos correspondentes encontram-se reconhecidos como benefícios dos empregados de curto prazo e tratados de acordo com o referido no parágrafo anterior.

Os benefícios dos empregados decorrentes de cessação de emprego, quer por decisão unilateral, quer por mútuo acordo ou por decisão judicial, são reconhecidos como gasto no período em que ocorrem.

3.2. – Outras políticas contabilísticas relevantes

a) Fluxos de Caixa

A demonstração dos fluxos de caixa é preparada através do método direto. A instituição classifica na rubrica “caixa e seus equivalentes” os montantes de caixa, depósitos à ordem, depósitos a prazo e outros instrumentos financeiros com vencimentos a menos de três meses e para os quais o risco de alteração é de valor insignificante.

A Demonstração de Fluxos de caixa encontra-se classificada em atividades operacionais, de financiamento e de investimento. As atividades operacionais englobam os recebimentos de clientes/utentes, pagamentos a fornecedores, pagamentos ao pessoal e outros relacionados com a atividade operacional. Os fluxos de caixa abrangidos nas atividades de investimento incluem, pagamentos e recebimentos decorrentes da compra e venda de ativos.

Os fluxos de caixa abrangidos nas atividades de financiamento incluem, designadamente, os pagamentos e recebimentos referentes a empréstimos obtidos, contratos de locação financeira e pagamento de dividendos.

3.3. – Juízos de valor que o órgão de gestão fez no processo de aplicação das políticas contabilísticas e que tiveram impacto nas quantias reconhecidas nas demonstrações financeiras

Na preparação das demonstrações financeiras de acordo com as NCRF-ESNL, a Direção utiliza estimativas e pressupostos que afectam a aplicação de políticas e montantes reportados. As estimativas e julgamentos são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência de eventos passados e outros factores, incluindo expectativas relativas a eventos futuros considerados prováveis face às circunstâncias em que as estimativas são baseadas ou resultado de uma informação ou experiência adquirida.

As estimativas mais significativas reflectidas nas demonstrações financeiras verificaram-se ao nível do apuramento e mensuração dos inventários, período de vida útil dos ativos e utilização do princípio do acréscimo na especialização de gastos.

As estimativas foram determinadas com base na melhor informação disponível á data de preparação das demonstrações financeiras. No entanto, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis á data, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações a estas estimativas que venham a ocorrer posteriormente à data das demonstrações financeiras serão corrigidas em resultados, de forma prospectiva.

3.4. – Principais pressupostos relativos ao futuro

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da instituição, mantidos de acordo com o referencial contabilístico em vigor

em Portugal, aplicável ao Setor Não Lucrativo. Muito embora os Fundos Patrimoniais da associação sejam muito positivos a associação tem apresentado dificuldade em solver os compromissos que transitam de anos anteriores, por dificuldade de tesouraria, designadamente as dívidas a colaboradores e a dívida negociada com o IEFP. Em virtude desta situação a Direção, encontra-se a efetuar esforços no sentido de alargar o número de acordos com a Segurança Social, permitindo assim fazer face às responsabilidades correntes e amortizar a dívida, designadamente as referentes a dívidas em atraso com o IEFP e os colaboradores. Adicionalmente, e de acordo com o decidido em Assembleia Geral, a associação encontra-se a avaliar ativos que não estavam a ser utilizados para posterior venda.

Após a data do balanço, não ocorreram eventos e/ou acontecimentos que afetem o valor dos ativos e passivos existentes à data do balanço pelo que, não há lugar a qualquer divulgação no anexo às demonstrações financeiras.

3.5. – Principais fontes de incerteza

As estimativas de valores futuros que se justificaram reconhecer nas demonstrações financeiras refletem a evolução previsível da instituição no quadro do seu plano estratégico e as informações disponíveis face a acontecimentos passados e a situações equivalentes de outras entidades do sector, não sendo previsível qualquer alteração significativa deste enquadramento a curto prazo que possa pôr em causa a validade dessas estimativas ou implicar um risco significativo de ajustamentos materialmente relevantes nas quantias escrituradas dos ativos e passivos no próximo período.

3.6. – Comparabilidade

No decorrer do período de 2018 a APPACDM foi notificada da necessidade de reposição de verbas indevidamente recebidas referentes à resposta social do Lar Residencial do Fraião e a juros pelo atraso na devolução de verbas ao IEFP. Em virtude desta notificação, e do plano de pagamento acordado, foram reconhecidos passivos que até então não estavam refletidos nas demonstrações no valor de 71.750,64 euros. Este valor foi registado em 2018 por contrapartida de resultados transitados.

A APPACDM reexpressou as demonstrações financeiras do período de 2017, sendo impraticável reexpressar os demais períodos de reporte.

4. Fluxos de Caixa

4.1 - Desagregação dos valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários.

Meios Financeiros líquidos referidos no Balanço	2018			2017		
	Disponíveis para uso	Indisp para uso	Total	Disponíveis para uso	Indisp para uso	Total
Caixa						
Numerário	483,79		483,79	1 194,95		1 194,95
Subtotal	483,79	-	483,79	1 194,95	-	1 194,95
Depósitos bancários						
Depósitos à ordem	20 238,99		20 238,99	26 443,73		26 443,73
Outros depósitos	4 000,00		4 000,00	112 800,00		112 800,00
Subtotal	24 238,99	-	24 238,99	139 243,73	-	139 243,73
TOTAL	24 722,78	-	24 722,78	140 438,68	-	140 438,68

A rubrica “outros depósitos” inclui saldos de uma conta à ordem designada de “conta dupla”. Nos momentos em que os movimentos de tesouraria abrandam, os saldos são transitoriamente cativos pela entidade bancária apresentando-se como saldo contabilístico sobre o qual o banco remunera, mensalmente, juros à Instituição. Inclui também verbas colocadas a prazo transitoriamente, até que se concretizem algumas ações para as quais foram angariados donativos com fins específicos.

5. Ativos fixos tangíveis:

5.1. - Divulgações sobre ativos fixos tangíveis

a) Bases de mensuração

Os ativos tangíveis estão valorizados de acordo com o modelo do custo, segundo o qual um item do ativo tangível é escriturado pelo seu custo menos depreciações e quaisquer perdas por imparidade acumuladas.

b) Método de depreciação usado

A instituição deprecia os seus bens do ativo tangível de acordo com o método de linha reta. De acordo com este método, a depreciação é constante durante a vida útil do ativo se o seu valor residual não se alterar.

c) Vidas úteis e taxas de depreciação usadas

As depreciações do período são calculadas tendo em consideração as suas vidas úteis que se traduzem nas taxas de depreciação médias que se seguem:

	Taxas
Edifícios e Outras Construções	2 %; 4%; 5%
Equipamento Básico	14,28%; 16,66%; 25%; 33%
Equipamento de Transporte	25 %
Equipamento administrativo	10%;12,5%;33,33%; 20,00%; 25%
Outros ativos fixos tangíveis	16,66%; 14,28%; 33,33%;

d) Reconciliação da quantia escriturada no início e fim do período:

Os movimentos na rubrica de *ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS* durante o ano de 2018 foram os seguintes:

Activo Bruto:	Saldo inicial em 01/01/17	Aquisições /Aumentos	Alienações / Abates	Transferên- cias	Saldo final em 31/12/17
Terrenos e Recursos Naturais	198.148,32				198.148,32
Edifícios e Outras Construções	5.390.497,02			-	5.390.497,02
Equipamento Básico	1.427.487,42	4.864,80		-	1.432.352,22
Equipamento de Transporte	478.676,10	-	- 70.947,33		407.728,77
Equipamento administrativo	899.025,62	209,90			899.235,52
Outros activos fixos tangíveis	175.758,00	-			175.758,00
Activos fixos tangíveis em curso	-	19.003,50			19.003,50
Total	8.569.592,48	24.078,20	- 70.947,33	-	8.522.723,35

Depreciações acumuladas e imparidades:	Saldo inicial em 01/01/2018	Depreciações do exercício	Imparidades do exercício	Alienações / Abates	Saldo final em 31/12/2018
Terrenos e Recursos Naturais	79.116,84				79.116,84
Edifícios e Outras Construções	2.529.515,84	85.446,48		- 28.395,76	2.586.566,56
Equipamento Básico	1.404.701,12	6.517,07			1.411.218,19
Equipamento de Transporte	437.349,98	12.275,36		- 70.947,33	378.678,01
Equipamento administrativo	896.972,89	611,98			897.584,87
Outros activos fixos tangíveis	155.928,19	1.149,28			157.077,47
Activos fixos tangíveis em curso	-				-
Total	5.503.584,86	106.000,17	-	- 99.343,09	5.510.241,94

Não se verificaram investimentos significativos, correspondendo o montante de 19.003,50 ao valor dos projectos de arquitetura e especialidades para o Projecto de requalificação de Gualtar, no âmbito da candidatura da obra ao programa NORTE2020.

Decorre neste momento um trabalho de inventariação e cadastro de Activos Fixos Tangíveis, cujo objetivo passa por desconhecer contabilisticamente equipamentos alienados ou abatidos que apesar de totalmente depreciados ainda fazem parte do balanço, bem como concluir o trabalho de registo na Conservatória da totalidade dos bens da associação. Este trabalho, tem já algum reflexo nas Demonstrações Financeiras aqui apresentadas, mas espera-se que no decorrer do próximo exercício e seguintes possa ser completo da forma mais exacta possível.

6. Inventários

Os inventários encontram-se valorizados pelo custo, utilizando-se como fórmula de custeio o FIFO, a qual pressupõe que os itens de inventário que foram comprados primeiro sejam vendidos/ consumidos em primeiro lugar, e consequentemente, os itens que permanecem em inventário no fim do período sejam os itens comprados mais recentemente.

6.1. – Quantia total escriturada de inventários

Inventários	2018	2017
Matérias-primas	5 956,19	5 509,76
Produtos	11 534,93	10 364,76
Total	17 491,12	15 874,52

6.2. – Quantia de inventários reconhecida como um gasto durante o período**Inventários, CMVMC e Variação da Produção**

Evolução dos inventários e CMVMC	31/12/2018		31/12/2017	
	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	Produtos	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	Produtos
1- Inventário inicial	5 509,76	10 364,76	7 496,77	9 936,12
2- Quebras /Perdas por imparidade	35 908,58		48 165,38	
3- Compras	232 639,81		259 289,43	
4- Subcontratos				
5- Reclassif e reg inventários				
6- Inventário final	5 956,19	11 534,93	5 509,76	10 364,76
Gasto do Período (1-2+3-5)	196 284,80	1 170,17	213 111,06	428,64
	CMVMC	Variação da Produção	CMVMC	Variação da Produção

Em 2018 foram contabilizadas quebras em Inventários no montante de 35.098,58€ Euros que se referem a produtos alimentares doados (frutas e vegetais muito perecíveis) e que devido ao seu avançado estado de maturação não foram consumidos por se terem tornado impróprios para consumo.

7. Réditos**7.1. – Políticas contabilísticas adoptadas para o reconhecimento do rédito**

A instituição reconhece o rédito de acordo com os seguintes critérios:

- Vendas – são reconhecidos na demonstração dos resultados quando os riscos e benefícios inerentes à posse dos ativos são transferidos para o comprador, quando deixa de existir um envolvimento continuado de gestão com grau geralmente associado com a posse, quando o montante possa ser razoavelmente quantificado, quando seja provável que os benefícios económicos associados fluam para a instituição.
- Prestações de serviços – são reconhecidas na demonstração dos resultados com referência à fase de acabamento da prestação dos serviços à data do balanço.
- Juros – São reconhecidos utilizando o método do juro efetivo

7.2. - Quantia de cada categoria de rédito reconhecida durante o período:

Rubricas	2018	2017
Vendas	17.780,54	22.135,02
Artes Gráficas	194,15	3.390,72
Atividades agrícola	5.964,39	6.087,55
Atividades CAO/ outras	11.622,00	12.656,75
Prestações de Serviços	526.555,74	512.891,66
Matrículas e Mensalidades	455.770,70	457.370,25
Quotizações de Associados	12.440,00	11.771,00
Outros	58.345,04	43.750,41
Subtotal	544.336,28	535.026,68

A instituição reconhece uma série de prestações de serviços para consumo interno que são contabilizadas como “Trabalhos para a própria entidade”.

Esta rubrica inclui:

- Trabalhos realizados nos diversos CAO que resultam ora em vendas diretas de artigos, ora em faturação de serviços prestados, p.ex. montagem de torneiras ou colocação de etiquetas.
- Consumos de bens alimentares produzidos na Quinta de Lomar;
- Produção de refeições para consumo dos trabalhadores (a título de subsídio de refeição) – contabilização iniciada apenas em 2016 - ver nota 12.3.

No quadro seguinte, é possível ver o detalhe da conta “Trabalhos para a própria entidade”:

Trabalhos para a Própria Entidade	2018	2017
Autoconsumos - Artes Gráficas	-	-
Autoconsumos - Quinta de Lomar	11.983,86	15.498,80
Autoconsumos cozinhas - alimentação em géneros	79.837,82	76.472,56
Subtotal	91.821,68	91.971,36

8. Contabilização dos subsídios do Governo e divulgação de apoios do Governo

8.1. - Políticas contabilísticas adoptadas

Os subsídios governamentais são reconhecidos de acordo com o valor aprovado quando existe uma garantia razoável de que se irão ser recebidos e que a instituição cumprirá as condições exigidas para a sua concessão.

8.2. - Subsídios relacionados com rendimentos

A instituição recebe subsídios relacionados com rendimentos que foram reconhecidos na rubrica “Subsídios, doações e legados à exploração” da demonstração dos resultados e que se relacionam com os acordos/ protocolos de cooperação entre a instituição e as entidades tutelares e/ou parceiras financiadoras como é o caso do ISS, IP.

O quadro seguinte, permite a análise dos montantes de subsídios reconhecidos como rendimentos do exercício na rubrica “Subsídios, doações e legados à exploração”:

Subsídios, doações e legados à exploração	2018	2017
Ministério da Solidariedade e S.S.		
ISS, IP - Centro Distrital de Braga	1 889 221,40	1 891 008,63
Acordos de cooperação	1 889 221,40	1 891 008,63
Fundo de socorro Social	-	-
Ministério da Educação	-	8 206,15
Ensino Especial	-	8 206,15
CRI - Centro de Recursos p/ Inclusão	-	-
Outras entidades	228,73	3 476,59
INGA	227,73	3 476,59
POPH (qualidade e formação)	-	-
INR		
Outros	1,00	
Total	1 889 450,13	1 902 691,37

Os valores reconhecidos nos subsídios, resultam quase na sua totalidade das transferências no âmbito dos acordos de cooperação com o ISS – Centro Distrital de Braga para Lar e CAO, e a 31 de dezembro de 2018, apresentava a seguinte distribuição (verbas mensais).

ACORDO	Nr. UTENTES	VALOR DEZ-2018	Nr. UTENTES	VALOR DEZ-2017
CAO - Gualtar	45	23 432,40	45	22 927,95
CAO - Lomar	30	15 621,60	30	15 285,30
CAO - Vila Verde	38	19 787,36	38	19 361,38
CAO - Esposende	30	15 621,60	30	15 285,30
CAO - V.N. Famalicão	60	31 243,20	60	30 570,60
Lar - Lomar	20	20 540,60	20	20 098,40
Lar - Fraião	15	15 405,45	16	16 078,72
Lar - São Lázaro	14	14 378,42	14	14 068,88
TOTAL	252	156 030,63	253	153 676,53

8.3. - Subsídios relacionados com investimentos em ativos

Os subsídios não reembolsáveis relacionados com ativos fixos tangíveis e intangíveis, incluindo os subsídios não monetários, devem ser apresentados no balanço como componente dos Fundo patrimoniais, e imputados como rendimentos do exercício na proporção das amortizações efectuadas em cada período.

Com a adoção do SNC-ESNL, foi necessário reclassificar a verba que constava do passivo referente ao subsídio do “PIDDAC - Edifício dos Granjinhos” transferindo-a do passivo para os fundos patrimoniais da instituição. Esta verba vai sendo anulada em proporção das depreciações do exercício, tendo como contrapartida uma conta de rendimentos que visa anular o efeito de tais depreciações durante a vida útil do edifício.

Foi também reconhecido em subsídios o montante de 85.000,00€, respeitante ao Orçamento Participativo da CM-Braga, para as obras da cobertura do CAO de Gualtar, tal como a verba anterior ela será considerada proveito na medida da depreciação do equipamento que visa financiar.

De seguida é possível ver os movimentos associados a esta rubrica:

Rubricas/Projectos	Saldo Inicial (Credor)	Movimento a Débito	Movimento a Crédito	Saldo Final (Credor)
PIDDAC - Edifício dos Granjinhos	112 879,11	4 031,39	-	108 847,72
Orçamento Participativo - CM Braga			85 000,00	85 000,00
TOTAL	112 879,11	4 031,39	85 000,00	193 847,72

9. Acontecimentos após a data do Balanço

Entre a data do Balanço e a data para autorização para emissão das demonstrações financeiras não foram recebidas quaisquer informações acerca de condições que existiam à data de Balanço, pelo que não foram efectuados ajustamentos das quantias reconhecidas nas presentes demonstrações financeiras.

10. Impostos sobre o rendimento

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (cinco para a Segurança Social). Deste modo, as declarações fiscais da instituição poderão vir ainda a ser sujeitas a revisão e eventual correção pela administração fiscal.

A Direção da instituição considera que eventuais correções, nos termos do parágrafo anterior, não terão valores significativos.

Não há situações suscetíveis de dar origem a impostos diferidos.

11. Instrumentos Financeiros

11.1 – Clientes e Utentes

Em 31 de Dezembro de 2018 a rubrica “*Clientes*” apresentava os seguintes saldos:

Clientes	2018	2017
Não corrente	-	-
Corrente	86.339,06	87.481,36
Clientes c/c	63.560,86	70.536,89
Utentes c/c	22.778,20	16.944,47

Os valores evidenciados neste quadro encontram-se pelo seu montante líquido de perdas por imparidade acumuladas, reconhecidas nas contas de clientes e utentes.

Relativamente ao saldo de clientes, procedeu-se ao desconhecimento dos saldos atípicos e parados, maioritariamente relacionados com a gráfica, pelo que os saldos acima, são os que se encontram em balanço e são exigíveis, tendo ocorrido a mesma situação com o saldo de utentes.

11.2. - Fornecedores

Em 31 de Dezembro de 2018 a rubrica de “*Fornecedores*” apresentava os seguintes saldos e maturidades:

Fornecedores	2018	2017
Não corrente	-	-
Corrente	217 332,27	282 001,13
Fornecedores Investimentos	72 900,86	114 342,50
Outros fornecedores	144 431,41	167 658,63

Dívidas por tipo de fornecedor	2018	2017
Pichelaria do Cávado	9 032,01	18 782,01
João Oliveira Carvalho	-	-
Novafrio	63 868,85	95 560,49
Total Investimentos	72 900,86	114 342,50
Outros	144 431,41	167 658,63
Total Fornecedores	217 332,27	282 001,13

11.3. – Outros Devedores e Credores

Em 31 de Dezembro de 2018 a rubrica “Outros Devedores e Credores” apresentava os seguintes saldos e maturidades:

Outros Devedores e Credores	2018	2017
Activo Corrente	96 070,34	5 935,21
Associados	6 926,50	5 853,50
CMBraga - OP2019	85 000,00	
Outros	4 143,84	81,71
Passivo Corrente	1 045 855,72	422 838,81
Pessoal	546 995,27	-
Dívida IEF/POEFDS	448 094,68	373 344,04
Outros	50 765,77	49 494,77

O valor que consta na rubrica de *IEFP/ POEFDS* corresponde a uma dívida apurada em 2006 no âmbito da auditoria à formação profissional co-financiada por essas entidades, tendo sido actualizado com juros já vencidos e apurados pela AT, dívida que já se encontra em fase de pagamento desde março de 2019.

O valor dos salários em atraso, foi também reclassificado, tendo o montante global sido transferido da conta 2722 (utilizada para especialização do exercício através do acréscimo de gastos) para conta 231 (Pessoal).

11.4 – Fundos Patrimoniais

O valor do fundo social é de 1.965.548,83 Euros. Os valores incluídos na rubrica de Fundos Patrimoniais são os que se seguem:

Fundos Patrimoniais	2018	2017
Fundo Social	1 965 548,83	1 965 548,83
Resultados Transitados	- 226 225,79	- 157 513,93
Outras variações nos Fundos Patrimoniais	193 847,72	112 879,11
Resultados Líquidos do Período	- 64 529,36	6 038,78
Total	1 868 641,40	1 926 952,79

A rubrica outras variações nos Fundos Patrimoniais inclui o valor do subsídio do PIDDAC – Edifício dos Granjinhos e do Orçamento Participativo para financiamento da cobertura de Gualtar.

A rubrica Resultados Transitados, para além da incorporação do Resultado Líquido de 2017, sofreu ainda o movimento relativo ao reconhecimento da Dívida ao IEF/POEFDS para os valores actuais.

12 – Outras informações

12.1. – Acréscimos de Gastos e/ou Rendimentos

Tal como referido na Nota 3 acima, a instituição obedece ao princípio de especialização do exercício.

Assim, estão reconhecidas no Balanço as seguintes verbas de acréscimos:

Acréscimos de Gastos e/ou Rendimentos	2018	2017
Activo	5 225,19	-
Acrescimos de rendimentos	-	-
Outros (gastos diferidos)	5 225,19	-
Passivo	254 643,02	601 613,56
Remunerações a liquidar	246 882,44	601 613,56
Remunerações a Liquidar em 2011 (em atraso)		103 360,06
Remunerações a Liquidar em 2012 (em atraso)		219 724,70
Remunerações a Liquidar em (dívida corrente)	246 882,44	278 528,80
Outros (acréscimos de gastos/Outros rendimentos diferidos)	7 760,58	-

- Na rubrica “gastos diferidos” consta a especialização dos seguros, cujo gasto corresponde aos períodos de vigência das apólices.
- Os valores das “Remunerações a Liquidar – férias e subsídios férias a vencer” referem-se ao mês de férias e subsídios de férias vencidos em 2018 a serem pagos em 2019.
- Os outros acréscimos dizem respeito a faturas recepcionadas em janeiro de 2019, cujo gasto diz respeito, total ou parcialmente ao exercício de 2018.

12.2. – Fornecimentos e serviços externos

A conta de Fornecimentos e Serviços Externos subdivide-se nas seguintes rubricas em 31 de Dez de 2018:

Rubricas	2018	2017
Subcontratos	1 747,50	5 060,39
Serviços especializados	82 451,98	84 761,08
Trabalhos especializados	28 384,37	15 232,21
Honorários	20 517,61	30 911,14
Conservação e reparação	30 725,70	35 695,63
Outros	2 824,30	2 922,10
Materiais	8 213,12	12 839,05
Energia e fluidos	180 378,36	157 223,68
Eletricidade	83 491,66	68 120,65
Combustíveis	76 843,92	68 461,26
Água e out fluidos	20 042,78	20 641,77
Deslocações, estadas e transportes	5 068,12	9 635,31
Serviços diversos	64 145,90	68 703,87
Rendas	2 734,32	
Comunicação	9 235,44	10 146,24
Seguros	15 744,38	13 348,63
Contencioso e notariado	473,08	1 459,42
Limpeza, higiene e conforto	34 861,48	39 003,40
Outros (inclui desratização e desinfeção)	1 097,20	4 746,18
Outros FSE (inclui medicação, roupa e calçado)	-	487,50
Total FSE	342 004,98	338 710,88

12.3. – Gastos com pessoal

O saldo da conta de gastos com o pessoal subdivide-se nas seguintes rubricas em 31 de Dezembro de 2018:

Rubricas	2018	2017
Remunerações do pessoal	1 680 818,40	1 644 634,68
Encargos sobre remunerações	358 584,64	349 067,99
Seguros de acidentes no trabalho	15 236,47	9 920,99
Indemnizações	28 600,15	594,77
Medicina HST	2 649,43	2 272,47
Outros	680,00	349,00
TOTAL GERAL	2 086 569,09	2 006 839,90

12.4. - O número médio de empregados

O número médio de empregados ao serviço ao longo do ano e o número nos períodos findos em 31 de Dezembro de 2018 apresenta os seguintes valores:

	2018	2017
Nº médio de empregados do período	144	144

12.5. O número médio de utentes

O número de utentes em 31 de dezembro, bem como os valores dos acordos com a Tutela, apresentam os seguintes valores:

ACORDO	Nr. UTENTES	VALOR DEZ-2018	Nr. UTENTES	VALOR DEZ-2017
CAO - Gualtar	45	23 432,40	45	22 927,95
CAO - Lomar	30	15 621,60	30	15 285,30
CAO - Vila Verde	38	19 787,36	38	19 361,38
CAO - Esposende	30	15 621,60	30	15 285,30
CAO - V.N. Famalicão	60	31 243,20	60	30 570,60
Lar - Lomar	20	20 540,60	20	20 098,40
Lar - Fraião	15	15 405,45	16	16 078,72
Lar - São Lázaro	14	14 378,42	14	14 068,88
TOTAL	252	156 030,63	253	153 676,53

12.6. – Outros Rendimentos e Ganhos/ Outros Gastos e Perdas

Detalhe da rubrica “Outros Rendimentos e Ganhos/ Outros Gastos e Perdas” em 31 de dezembro de 2018:

Outros Rendimentos e Ganhos	2018	2017
Rendimentos Suplementares	9.650,16	5.903,48
Donativos	112.408,85	157.512,38
Em Dinheiro	31.636,03	58.335,42
Em espécie	80.772,82	99.176,96
Imputação de subsídios p/ investimento	4.031,39	4.031,39
Outros	61.627,41	50.750,44
Total	187.717,81	218.197,69
Outros Gastos e Perdas	2018	2017
Gratificações de estímulos a utentes	3.000,00	14.927,68
Quebras em inventários	35.908,58	48.165,38
Quotizações	0,00	1.090,00
Outros	5.558,05	3.840,67
Total	44.466,63	68.023,73

Conforme se pode comprovar pelo quadro acima, tem-se verificado um decréscimo significativo dos donativos, situação que se explicará pelo momento mais conturbado vivido pela Instituição, pelo que se esperam medidas que retomem a normalidade e promovam o aumento dos donativos, tal como já ocorreram em 2019, através dos concertos solidários.

12.7. – Estado e outros entes públicos

Detalhe da rubrica “Estado e Outros entes Públicos” em 31 de Dezembro de 2018.

Rubricas	2018	2017
Imposto sobre o valor acrescentado	483,92	205,02
Total Ativo	483,92	205,02

Rubricas	2018	2017
Imposto sobre o valor acrescentado		
Contribuições para a Segurança Social	74.092,95	69.240,47
Retenções na fonte	13.840,02	14.380,24
Outros	2.143,72	
Total Passivo	90.076,69	83.620,71

Os valores incluídos nesta rubrica referem-se a saldos correntes a liquidar em Janeiro de 2018 (no caso das Contribuições para Segurança Social e retenções na fonte).

13 -Garantias

Existem bens do ativo fixo tangível da APPACDM dados como hipoteca para garantir as obrigações junto da AT e IEFT e NovaFrio. Os bens dados como garantias são os seguintes:

- O imóvel de Lemenhe está hipotecado como garantia de pagamento à Novafrio
- O imóvel de Fraiao está onerado a favor da AT, por contrapartida do acordo de pagamento da dívida ao IEFP.
-

13 - Divulgações exigidas por diplomas legais

Informação requerida pelo DL 411/91: Regime jurídico da regularização de dívidas à Segurança Social:

A instituição tem a sua situação contributiva regularizada perante a Segurança Social.

14 – Data de autorização para emissão das Demonstrações Financeiras

As demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de Dezembro de 2018 foram aprovadas pela Direção e autorizadas para emissão em 20 de junho de 2019. Entre a data das demonstrações financeiras e a data de autorização para a sua emissão, não ocorreram factos relevantes que justifiquem divulgações.

15 – Outras divulgações

A direção propões que o resultado líquido negativo do período no valor de 64.529,36 euros seja transferido para resultados transitados.

Foi nomeada em maio de 2019 a sociedade de Revisores Oficiais de Contas, António Fernandes, Marta Martins & Associados, SROC. Os honorários anuais acordados serão faturados mensalmente e ascendem a 6,000 euros (ao qual acresce IVA).

A Direção,

A Contabilista Certificada,

Presidente

Vice-Presidente

Tesoureiro

8. Relatório e Parecer do Conselho Fiscal e Certificação do Revisor Oficial de Contas